

Brasília, 02 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Propriedade Industrial

Comissão de Agricultura debate cobrança de royalties na produção de soja 3

CNN Brasil Online

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Fim da patente do Ozempic pode impactar disputa bilionária da soja 4

IT Forum

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Qualcomm tem inscrições abertas para programa de inovação em IA para startups d... 6

MSN Notícias

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Patentes

Casa Branca ataca Brasil por Pix, regulação de redes e taxa das blusinhas 7

O Tempo Online

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Conflito entre nomes de domínio e marcas registradas 8

Folha de S. Paulo

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Avança investigação dos EUA que pode resultar em novas sanções ao Brasil 10

Exame.com

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

JBS inaugura centro de biotecnologia para "superproteínas" em Florianópolis 12

Folha.com

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Justiça nega ação de músico contra filho de Tim Maia 14

O Globo Online

Quarta-feira, 01 de abril de 2026 | Direitos Autorais

Editora acusa OpenAI de violar direitos autorais de livros infantis na Alemanha 15

R7

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Propriedade Intelectual

Relatório dos EUA acusa Brasil de protecionismo, burocracia e falhas regulatórias 16

Zero Hora - Últimas Notícias

Quinta-feira, 02 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

"O royalty não é sobre a patente, é sobre a tecnologia", diz executivo da Bayer sob... 18

Comissão de Agricultura debate cobrança de royalties na produção de soja

Audiência vai discutir impactos financeiros e insegurança jurídica no agronegócio

Depositphotos

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados debate, na próxima quarta-feira (8), a cobrança de royalties de biotecnologia no cultivo de soja no Brasil.

O debate será realizado às 16 horas, em plenário ainda não definido.

A reunião foi proposta pelo deputado Heitor Schuch (PSB-RS).

Royalties de biotecnologia são valores pagos pelos produtores rurais pelo uso de sementes geneticamente modificadas desenvolvidas por empresas de tecnologia agrícola.

A forma de cobrar esses royalties, os percentuais aplicados e a retenção de valores na entrega da produção têm gerado insegurança jurídica e impactos financeiros no agronegócio.

Segundo o deputado, há interpretações divergentes sobre direitos de **propriedade industrial**, contratos e proporcionalidade das cobranças. Isso aumenta a incerteza no ambiente de negócios e afeta a comercialização de grãos.

Heitor Schuch espera que a audiência amplie o debate técnico e a transparência sobre a cobrança. O objetivo é reunir informações para aperfeiçoar o marco regulatório, com foco na segurança jurídica e no equilíbrio das relações.

Da Redação - ND

Fim da patente do Ozempic pode impactar disputa bilionária da soja



O que o Ozempic tem a ver com a soja brasileira? Mais do que parece. A expiração da **patente** da semaglutida no último dia 20 de março trouxe à tona um debate essencial sobre **propriedade intelectual**: o equilíbrio entre inovação e acesso. Essa mesma tensão está hoje no centro de uma disputa bilionária no agronegócio.

Para entender o que está em jogo, basta olhar o que aconteceu no mercado farmacêutico. A patente da semaglutida, princípio ativo do Ozempic, expirou abrindo caminho para que outros laboratórios fabriquem versões concorrentes do medicamento. A consequência esperada é a redução no preço, tornando a terapia mais acessível para milhares de pessoas.

A queda da **patente** da semaglutida, no entanto, não foi simples. A exclusividade era da Novo Nordisk, que depositou a **patente** em 2006, o que levou à expiração da proteção em 20 de março de 2026. A empresa tentou, por via judicial, prorrogar o prazo, alegando morosidade na análise feita pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**. O pedido não foi acolhido pelo Judiciário.

Ainda assim, o tema ganhou novo fôlego no Congresso Nacional. O Projeto de Lei nº 5810/2025 propõe compensar em lei a demora do **INPI**, permitindo a extensão da proteção de patentes por até cinco anos. Defendido pelo Movimento Brasil pela Inovação, o projeto reacende um debate que vai além da indústria farmacêutica - e pode atingir diretamente o agronegócio.

OS ROYALTIES DA SOJA

No caso do agronegócio, a discussão está na semente de soja Intacta RR2 PRO, desenvolvida pela Monsanto e posteriormente adquirida pela Bayer. Presente em cerca de 80% das lavouras de soja do país, a biotecnologia protege a planta contra pragas, como lagartas e insetos, reduzindo a necessidade de aplicações extras de defensivos, além de conferir resistência a cinco herbicidas, incluindo o glifosato.

Para utilizá-la, o produtor paga à Bayer uma taxa pelo direito de uso, os chamados royalties.

Em 2021, a Aprosoja-MT (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso) ingressou na Justiça contra a Monsanto/Bayer, questionando as cobranças e buscando transparência sobre as patentes envolvidas. "Ao ser licenciado para utilizar esse insumo, o produtor precisa saber quais são as patentes e os prazos envolvidos ali e, principalmente, saber claramente o que está pagando. Apesar da boa relação com as empresas, foi preciso ir à Justiça para ter esse conhecimento", explica Fabrício Rosa, diretor executivo da Aprosoja Brasil.

A apuração feita com apoio judicial revelou que parte das **patentes** da tecnologia Intacta já havia expirado. A **patente** PI9816295-0 venceu em março de 2018; a PI0016460-7 expirou em dezembro de 2020; e a terceira, PI0610654-4, ainda ativa, vence em maio de 2026. Ainda assim, de acordo com a Aprosoja MT, a Bayer continuou cobrando os royalties.

"Nessa relação é como se o produtor fosse um industrial que está adquirindo um insumo para multiplicar. Ele não é adquirente de um produto final. Porém ele compra a semente sem saber quais patentes e pedidos estão ali", reforça Fabrício Rosa.

Levantamento do IMEA (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária) aponta que a rentabilidade média da soja no estado é de aproximadamente R\$ 85,50 por hectare. Os produtores vêm sendo onerados em cerca de R\$ 280 por hectare em royalties, sendo que dois terços desse valor não deveriam mais estar sendo cobrados, pois se referem a **paten-**

tes vencidas. Na prática, continuam pagando por uma tecnologia que, legalmente, já deveria ser de uso livre.

As decisões foram favoráveis aos produtores em primeira e segunda instâncias no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que reconheceu não só a cobrança indevida como determinou a devolução dos valores pagos com juros e correção monetária. A Aprosoja MT afirma que o valor ultrapassa R\$ 5 bilhões apenas no estado. Outras associações estaduais também entraram na Justiça, com processos em tramitação na Bahia, Goiás, Piauí, Tocantins e Rio Grande do Sul.

A Bayer recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, a empresa obteve junto ao **INPI** novas **patentes** relacionadas à tecnologia Intacta, com vigência até o final de 2028, sustentando que os direitos de **propriedade intelectual** seguem válidos. Em nota a empresa diz "que a tecnologia INTACTA RR2 PRO® continua protegida por direitos de **propriedade intelectual**, incluindo **patentes** concedidas e válidas no Brasil e no exterior, conforme já publicado pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. A Bayer segue confiando no sistema jurídico que protege os direitos de **propriedade intelectual**. Mais de 2 bilhões de euros são aplicados anualmente em inovação em nível global, com foco em ampliar a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade da agricultura".

Mudanças à vista

A possível aprovação do PL 5810/2025 pode alterar esse cenário. A Aprosoja Brasil se uniu a outras entidades, inclusive da indústria farmacêutica, contrárias ao projeto.

Em carta aberta enviada a parlamentares, Apabio (Associação dos Produtores Agrícolas Usuários de **Biotecnologia**); Aenda (Associação Brasileira de Defensivos Pós Patente); Abifina (Associação Bra-

sileira das Indústrias de Química Fina e **Biotecnologia**); PróGenéricos e Grupo Farma Brasil alertam que a proposta pode criar "monopólios artificiais, com prazos indeterminados e imprevisíveis", atrasar a entrada de medicamentos e produtos pós-patente e elevar os custos de bens essenciais para toda a sociedade".

O documento também destaca que tecnologias amplamente utilizadas no campo, como sementes transgênicas e defensivos agrícolas, estão próximas do fim da vigência patentária e prestes a entrar em domínio público - o que reduziria custos e aumentaria a competitividade do agronegócio.

A extensão desses prazos poderia adiar esse processo por até cinco anos, mantendo a cobrança de royalties e restringindo a concorrência.

Obstáculo jurídico

Além do impacto econômico, as entidades apontam um obstáculo jurídico. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5529, declarou inconstitucional a extensão de prazos de patentes vinculada à demora na análise administrativa do **INPI**.

Diante desse cenário, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados marcou para o dia 8 de abril uma audiência pública para discutir o tema. O requerimento foi apresentado pelo deputado Heitor Schuh (PSB/RS), que afirma que, após a aquisição da Monsanto pela Bayer, houve intensificação na cobrança de royalties, inclusive sobre a chamada "semente salva", quando o produtor guarda parte da própria colheita para o plantio da safra seguinte. A Aprosoja MT e a Bayer foram convidadas e vão participar da audiência.

"A tecnologia é importante para nós, não somos contra a tecnologia, mas nós queremos saber o que nós estamos pagando e quanto estamos pagando", conclui Fabrício Rosa.

Qualcomm tem inscrições abertas para programa de inovação em IA para startups do Brasil e do México



AI Program for Innovators prevê distribuir até US\$ 10 mil para 10 startups nos dois países. Inscrições vão até 24 de abril

A Qualcomm lembrou nessa terça-feira (31) que estão abertas as inscrições para o AI Program for Innovators (AIIPI) na América Latina, programa de aceleração para startups de tecnologia no Brasil e no México. O objetivo é capacitar desenvolvedores e empresas a projetar e implementar soluções com inteligência artificial incorporada em dispositivos, com foco em inovação e impacto social em setores como consumo, saúde, indústria inteligente, cidades inteligentes, agricultura e educação.

Podem participar startups constituídas e registradas no México ou no Brasil. Serão selecionadas até 10 startups. O período de inscrições começou em 25 de fevereiro e vai até o próximo dia 24 de abril. O processo de seleção deve ser concluído até maio, quando já começa o programa. A fase de desenvolvimento termina em outubro. Está previsto um dia de demonstração e a cerimônia de encerramento em novembro.

Os selecionadores receberão mentoria individualizada com especialistas da Qualcomm em tecnologia, negócios e **propriedade intelectual**, além de

acesso a hardware e kits de desenvolvimento com tecnologia da empresa. Haverá ainda cursos de treinamento online, sessões técnicas aprofundadas sobre IoT, 5G e 6G, realidade aumentada (XR) e plataformas de IA da Qualcomm, além de possíveis incentivos financeiros de até US\$ 10.000.

Muito embora parte relevante dos fabricantes de processadores para dispositivos diversos já incluam núcleos dedicados para o processamento de IA, ainda faltam aplicações que não só utilizem essas estruturas, mas que sejam chamarizes para o público de fato investir nessas tecnologias. Parece ser o que a Qualcomm quer resolver com o desafio.

"Estamos entusiasmados em lançar mais uma edição do QAIIPI na América Latina e continuar a investir no imenso potencial inovador do Brasil e do México", diz em comunicado Luiz Tonisi, VP e presidente da Qualcomm para a América Latina. "Ao oferecer acesso às nossas tecnologias de ponta, orientação especializada e recursos estratégicos, nosso objetivo é acelerar o desenvolvimento da próxima geração de soluções de IA que transformarão os setores e gerarão um impacto positivo e duradouro na sociedade."

O programa foi criado para apoiar startups no desenvolvimento e na comercialização de soluções de IA utilizando as plataformas Dragonwing e Snapdragon da Qualcomm. Para acelerar o ciclo de desenvolvimento, os participantes terão acesso a ferramentas como o AI Hub (catálogo de modelos de IA pré-otimizados) e a plataforma Edge Impulse (criação de modelos tinyML), além do Project Hub da Arduino e repositórios selecionados no GitHub.

As inscrições .

Casa Branca ataca Brasil por Pix, regulação de redes e taxa das blusinhas



Um documento recém-publicado pelo USTR (escritório de representação comercial da Casa Branca) aponta o pix, projetos de lei que buscam regular redes sociais e até a "taxa das blusinhas" como barreiras impostas pelo Brasil aos interesses americanos no comércio exterior.

A lista de obstáculos se soma a outras reclamações já tradicionais dos Estados Unidos, como lentidão no **registro de patentes** e problemas na área de **propriedade intelectual**, as tarifas para importação de etanol, restrições sanitárias para a carne de porco americana e cotas para produções audiovisuais nacionais (a chamada "cota de tela").

O capítulo dedicado ao Brasil ocupa oito páginas no relatório e endossa pontos já mencionados no âmbito da Seção 301, investigação conduzida pelo USTR que entra em sua reta final nos próximos meses e pode resultar em tarifas específicas contra produtos brasileiros.

"O governo brasileiro impõe uma taxa linear de 60% para todas as encomendas expressas importadas pelo processo de Desembaraço Aduaneiro Simplificado", afirma um trecho do relatório, acrescentando que o limite é de US\$ 100 mil dólares/ano por importador.

"Além disso, a Receita Federal estabelece um valor máximo de US\$ 10 mil para exportações e US\$ 3 mil para importações", diz o USTR.

O documento também aponta que o Banco Central "criou, detém, opera e regula o pix, uma plataforma de pagamentos instantâneos". E que partes interessadas dos Estados Unidos "expressaram preocupa-

ções de que o BC conceda tratamento preferencial ao pix, que prejudica os fornecedores de serviços de pagamentos eletrônicos dos EUA".

Outro alvo da Casa Branca é o PL 4.675, projeto de lei enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional em setembro de 2025, que amplia os poderes do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) na regulação econômica de plataformas digitais e para evitar práticas anticoncorrenciais no setor.

O projeto cria a figura de agentes econômicos com "relevância sistêmica" em mercados digitais, com faturamento superior a R\$ 5 bilhões anuais no Brasil ou R\$ 50 bilhões globalmente.

"Uma vez designadas, as empresas poderiam enfrentar uma série de obrigações 'ex ante', incluindo restrições sobre determinadas práticas comerciais e mandatos de interoperabilidade", afirma um trecho do relatório.

Para o USTR, há risco de que empresas americanas sejam "desproporcionalmente" afetadas e sejam multadas pelo Cade em até 20% do faturamento global.

O governo americano também critica o patamar tarifário aplicado pelo Brasil sobre produtos importados como um todo.

Em 2024, segundo o relatório, a alíquota média do Brasil foi de 12,5% para bens industriais e de 9% para bens agrícolas.

Conforme o documento, isso representa um patamar "relativamente alto" para um "amplo leque" de setores, como automóveis, autopeças, eletrônicos, químicos, plásticos, aço, máquinas e equipamentos, têxteis.

Ainda de acordo com o USTR, há divergência frequente entre as tarifas consolidadas (registradas na Organização Mundial do Comércio) e às efetivamente aplicadas, gerando incerteza para exportadores dos Estados Unidos.

<https://www.youtube.com/watch?v=HrhqaowPc1A>

Conflito entre nomes de domínio e marcas registradas

Dualidade de sistemas cria um vácuo perigoso no ambiente de negócios

A questão existente entre "nomes de domínio" e "marcas registradas" é um desafio moderno que não se trata apenas de uma disputa técnica por endereços na rede, mas de uma colisão profunda entre dois sistemas de registro distintos que, na maioria das vezes, não se comunicam de forma automática ou integrada.

No Brasil, o registro de um domínio é gerido pelo "Registro.br" e é pautado pelo princípio tecnológico do "first come, first served". Sob essa lógica, a prioridade é de quem solicita primeiro, bastando que o nome esteja disponível e haja o pagamento da anuidade.

Por outro lado, a proteção de uma marca obedece a critérios mais rigorosos e demorados junto ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. A análise passa a ser jurídica e mercadológica, observando a distintividade, novidade e o princípio da especialidade, que limita a proteção ao ramo de atividade da empresa.

Essa dualidade de sistemas cria um vácuo perigoso no ambiente de negócios. Muitas empresas consolidam sua presença digital e investem em marketing sobre endereços eletrônicos que, juridicamente, podem violar direitos de **propriedade industrial** preexistentes de terceiros que sequer possuem o site.

O nome de domínio deixou de ser um localizador técnico para se tornar a representação da empresa no mercado global e a principal ferramenta de busca. Quando há o "embate" com uma marca já registrada, o que se revela é uma falha na governança corporativa, gerando problemas. Muitas vezes, esse conflito se manifesta pelo fenômeno conhecido como "cybersquatting". Trata-se da prática oportunista de registrar domínios correspondentes a marcas de renome com o intuito deliberado de revendê-los por valores exorbitantes ou desviar os clientes por meio de confusão visual.

O Judiciário brasileiro, amparado pela Lei de **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/96), tem decidido que a prioridade do registro do domínio não é um direito absoluto. Ela não pode ser utilizada como um meio para a prática de atos de concorrência desleal. O titular da marca registrada detém o uso exclusivo dela em todo o território nacional dentro de seu segmento. Essa proteção legal se estende ao ambiente virtual, permitindo que o Poder Judiciário determine a transferência ou até o cancelamento imediato de domínios que usurpem essa identidade digital. Porém, é necessário que haja uma atenção sobre o risco real de confusão gerado para o consumidor final, que é a parte vulnerável na relação.

Para solucionar essas disputas com a celeridade que o mercado digital exige, o Comitê Gestor da Internet no Brasil instituiu o Sistema Administrativo de Conflitos de Internet (CASD-ND), um mecanismo de solução de conflitos extrajudicialmente que permite uma resposta técnica sem a necessidade de enfrentar a morosidade das instâncias judiciais comuns.

Para conseguir o almejado no CASD-ND, é necessário que o domínio seja idêntico ou bem semelhante à marca, que o detentor atual não possua interesse legítimo sobre o nome e que o registro tenha sido realizado com o intuito de prejudicar ou obter vantagem indevida.

Portanto, a integração entre o registro da marca e a ocupação do espaço digital deve ser vista como um pilar fundamental da governança corporativa moderna. Protege-se, com isso, o ativo intangível mais valioso de qualquer organização: a sua reputação e credibilidade perante o público.

O empresário que investe em infraestrutura tecnológica e campanhas de tráfego pago sem antes assegurar a titularidade da marca opera sob um risco elevado. Em um cenário em que algoritmos decidem a relevância de um negócio, a segurança jurídica do nome é o que garante a sobrevivência e existência a longo prazo. A prevenção, a partir de buscas de anterioridade profundas e do registro

concomitante de marca e domínio, permanece como a estratégia mais eficaz, inteligente e menos onerosa para qualquer corporação, de modo que a proteção jurídica da marca não seja apenas uma formalidade burocrática, mas sim a defesa para garan-

tir que a identidade digital da empresa seja inalienável.

GiuliaName Vieira

Avança investigação dos EUA que pode resultar em novas sanções ao Brasil



Possíveis punições com base na Seção 301 têm base jurídica mais sólida do que tarifaço e tendem a ser de difícil reversão.

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA - O governo de Donald Trump avisou a representantes da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que está próximo de realizar as últimas etapas da principal investigação comercial aberta contra o Brasil no ano passado.

Trata-se do procedimento de consultas, que o USTR (Escritório do Representante de Comércio dos EUA) precisa cumprir antes de divulgar o resultado das apurações sobre práticas comerciais que os americanos consideram injustas. O desfecho pode resultar em punições ao Brasil, inclusive em novas tarifas.

Nessa etapa, uma delegação do governo Lula deve ser convidada a ir a Washington para ser informada sobre as conclusões preliminares do USTR. A expectativa, segundo três pessoas que acompanham o tema ouvidas pela Folha, é que isso ocorra entre abril e maio. O cronograma abre caminho para que o USTR publique seus achados finais até julho.

A investigação com base na chamada Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 foi instaurada em julho de 2025, como uma das medidas anunciadas por Trump em reação ao que classificou como uma

"caça às bruxas" contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O governo americano incluiu investigações sobre práticas em diferentes frentes: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas "injustas ou preferenciais"; leis anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal. Os alvos vão desde queixas antigas de Washington, como as tarifas brasileiras sobre a importação de etanol, até o Pix. Empresas americanas de cartão de crédito alegam que o Banco Central concede tratamento preferencial ao sistema de pagamento instantâneo, o que o governo Lula nega.

Como a Folha mostrou à época, essa investigação tem potencial de causar danos adicionais à economia brasileira e traz risco de sanções consideradas de difícil reversão.

Também sob a justificativa de perseguição política a Bolsonaro, o Brasil foi atingido por um tarifaço que elevou a sobretaxa para até 50% sobre uma gama de produtos. Impactos inflacionários nos EUA e a gradual aproximação entre as gestões Lula e Trump - que culminou em dois encontros entre os presidentes no fim de 2025 - levaram à ampliação de exceções ao tarifaço.

Além disso, em fevereiro, a Suprema Corte americana considerou ilegal o uso da IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional) para justificar tarifas abrangentes contra parceiros comerciais dos EUA, o que aliviou ainda mais a situação.

Eventuais sanções com base na Seção 301, no entanto, podem renovar a pressão de Washington sobre a gestão Lula.

Elas têm respaldo jurídico mais consolidado nos Estados Unidos e seriam dificilmente questionadas na Justiça da mesma forma que o tarifaço, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.

Em tese, os EUA podem adotar diferentes tipos de punições - tarifárias e não tarifárias - caso o USTR conclua que o Brasil adota práticas comerciais in-

Continuação: Avança investigação dos EUA que pode resultar em novas sanções ao Brasil

justas.



Em uma investigação recente contra a China, por exemplo, os EUA impuseram sobretaxas sobre produtos do país asiático. O USTR recomendou ainda, no âmbito de uma investigação da Seção 301, a adoção de medidas para restringir investimentos chineses em setores sensíveis da economia americana.

Além da apuração aberta em 2025, o Brasil entrou na mira de outra ação do USTR, iniciada neste ano, para analisar se produtos fabricados com trabalho forçado estão entrando no mercado americano.

Esse processo avalia práticas em cerca de 60 países e foi lançado poucas semanas após a decisão da Suprema Corte que derrubou o tarifaço. Segundo especialistas, o objetivo dos EUA é mirar no comércio de parceiros com a China.

O plano do governo Trump é que essa segunda investigação tenha tramitação acelerada e que as conclusões do USTR sejam publicadas em prazo mais curto do que o período tradicional, de cerca de um ano.

O que está em investigação com base na Seção 301:

- * Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico
- * Tarifas injustas ou preferenciais
- * Leis anticorrupção
- * Proteção da **propriedade intelectual**
- * Acesso ao mercado de etanol
- * Desmatamento ilegal

TRABALHOS FORÇADOS

* Em outra investigação, iniciada neste ano, o Brasil entrou na mira do USTR para analisar se produtos fabricados com trabalho forçado estão entrando no mercado americano.

* Esse processo avalia práticas em cerca de 60 países e foi lançado poucas semanas após a decisão da Suprema Corte que derrubou o tarifaço.

JBS inaugura centro de biotecnologia para "superproteínas" em Florianópolis



Líder global em proteína animal, JBS aposta em biotecnologia e inaugura centro para desenvolver pesquisas e liderar nova fronteira do setor da nutrição

A JBS inaugurou nesta quarta-feira (1º), em Florianópolis (SC), a JBS Biotech, centro de biotecnologia avançada que nasce com uma ambição clara: desenvolver as chamadas "superproteínas", ingredientes com propriedades nutricionais e funcionais desenhadas em nível molecular para atender demandas específicas de consumo.

A unidade atua em saúde animal, nutrição de precisão e no desenvolvimento de proteínas funcionais e alternativas, elevando o padrão competitivo da cadeia de proteína animal. Gigante global e maior produtora de proteína do mundo, a JBS, com receita de US\$ 86 bilhões, presença em 20 países, mais de 450 plantas e 280 mil funcionários, avança para liderar a nova fronteira das proteínas.

Instalado no Sapiens Parque, o complexo é liderado pela CEO da JBS Biotech, Fernanda Berti, engenheira química e doutora em Desenvolvimento de Processos Químicos e Biotecnológicos, e foi estruturado para atuar desde a pesquisa inicial até a validação de novas tecnologias para aplicação industrial.

Com estrutura de mais de 4.000 m² dedicados à pesquisa e desenvolvimento, a unidade reúne mais de 20 laboratórios altamente especializados, projetados segundo padrões internacionais de qualidade e segurança operacional, assegurando excelência e flexibilidade para atender demandas estratégicas da companhia de forma sustentável e contínua.

A atuação abrange todo o ciclo de desenvolvimento tecnológico, da ciência básica e biologia molecular à engenharia, simulação de dados e validação de resultados. "A JBS Biotech é capaz de desenvolver desde proteínas funcionais - as chamadas superproteínas - até novas soluções em ingredientes que contribuam para produtos mais saudáveis. Mas, mais do que produzir um item final, nosso objetivo é desenvolver tecnologia, acelerar provas de conceito e abrir caminhos para futuras aplicações em escala industrial", afirma o CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni.

"Estamos entrando em uma nova fronteira, em que é possível entender o potencial dos alimentos proteicos em nível molecular e desenvolver soluções com características nutricionais e funcionais sob medida para diferentes necessidades dos consumidores", diz Fernanda Berti, CEO da JBS Biotech. "Isso inclui o avanço da nutrição de precisão, com o desenvolvimento de ingredientes e proteínas desenhadas para modular respostas fisiológicas específicas, tanto em humanos quanto em animais".

No centro dessa iniciativa está o compromisso de oferecer ao consumidor proteínas de alta qualidade, ampliar o acesso a novas tecnologias de produção e contribuir para a construção de um modelo produtivo mais eficiente.

Na prática, isso abre caminho para proteínas com alto valor nutricional, ricas em aminoácidos essenciais, além de propriedades funcionais específicas. Esses ingredientes podem ser desenhados para atuar de forma direcionada, desde ganho de massa muscular até suporte imunológico e desempenho metabólico, ampliando o conceito de nutrição tradicional para uma abordagem mais personalizada e baseada em ciência.

O conhecimento gerado também é aplicado na melhoria de produtos já existentes, ampliando qualidade e valor nutricional. Entre as frentes de pesquisa está o desenvolvimento de peptídeos e bioingredientes com potencial antioxidante e antimicrobiano, que podem contribuir para a redução de aditivos em alimentos e para o avanço de produtos com perfil

clean label. "Esta iniciativa nasce da nossa convicção de que ciência, tecnologia e inovação são essenciais para garantir a segurança alimentar em um mundo em rápida transformação", completa Tomazoni.

O avanço da biotecnologia tem impulsionado setores estratégicos da economia global ao viabilizar produtos de alto valor agregado, associados à eficiência produtiva, responsabilidade ambiental e segurança alimentar. Nesse contexto, o centro integra sequenciadores de última geração, análises moleculares avançadas e análise integrada de dados biológicos (DNA, proteínas e metabolismo), além de capacidade completa para culturas celulares, de micro-organismos e de plantas.

A unidade integra competências que vão da ciência básica à ciência aplicada (Divulgação/Divulgação)

Essa infraestrutura posiciona a JBS Biotech como um centro de excelência em inovação e reduz a distância entre ciência, indústria e consumidor. Também permite o mapeamento detalhado de perfis biológicos e nutricionais, abrindo caminho para aplicações futuras em nutrição personalizada.

Um dos pilares dessa visão é a estruturação de um biobanco, com armazenamento criogênico de amostras biológicas, que amplia a valorização de matérias-primas da cadeia agroindustrial.

Sustentada por um time de cientistas e especialistas altamente qualificados, a unidade integra competências que vão da ciência básica à ciência aplicada, incluindo engenharia química, bioquímica, bioprocessos e ciência de alimentos.

Aprofundar o modelo de economia circular já consolidado pela JBS é outro eixo estratégico. Tecnologias de extração e bioconversão permitem transformar coprodutos em bioingredientes de maior valor agregado, como proteínas funcionais, suplementos alimentares e compostos bioativos.

"Mais do que o produto final em si, o grande valor da **biotecnologia** está no aprendizado científico que esse processo proporciona", afirma Tomazoni. "A

geração contínua de conhecimento constitui um ativo estratégico que assegura **propriedade intelectual**, orienta decisões e sustenta a competitividade".

A cadeia produtiva também amplia o aproveitamento de recursos, com aplicações em setores como insumos farmacêuticos, cosméticos, médicos e de suplementos alimentares. "Estamos mapeando aquilo que hoje é tratado como subproduto para desenvolver novas aplicações industriais", diz Fernanda Berti.

Ganhos de produtividade

Na saúde animal, a biotecnologia apoia o desenvolvimento de produtos veterinários mais seguros e eficientes, contribuindo para a prevenção de doenças e melhoria do desempenho produtivo.

Além disso, o uso combinado de ciência de dados e biotecnologia permite ganhos de produtividade, redução de perdas e uso mais racional de recursos.

A inauguração se conecta a iniciativas anteriores da companhia em biotecnologia, incluindo investimentos em proteína cultivada na Europa. Com a nova unidade no Brasil, a JBS amplia sua capacidade de desenvolver soluções em diferentes frentes da cadeia de alimentos.

Em um cenário de crescimento da demanda global por proteína, o avanço da ciência amplia as possibilidades de desenvolvimento de alimentos com maior precisão funcional. "Nossa missão é tangibilizar o conhecimento biotecnológico", resume Fernanda Berti.

A JBS é uma empresa global líder em alimentos, com portfólio que inclui frango, suínos, bovinos, cordeiros, peixes e proteínas vegetais. A companhia emprega mais de 282 mil pessoas, opera em mais de 20 países e distribui produtos para cerca de 180 mercados, com marcas como Friboi, Seara, Swift, Pilgrim's Pride, Moy Park, Primo e Just Bare.

Justiça nega ação de músico contra filho de Tim Maia



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) negou o pedido de indenização feito pelo músico Paulo Ricardo Rodrigues Alves, conhecido como Paulinho Guitarra, que acusa Carmelo Maia, filho de Tim Maia, e a empresa ligada à banda Vitória Régia de uso indevido de músicas das quais é coautor. Ele pede valores que chegam a R\$ 250 mil por danos morais e materiais.

A decisão, tomada pela Sétima Câmara de Direito Privado, manteve a sentença de primeira instância e rejeitou, por unanimidade, o recurso do músico. À Folha, a defesa de Paulinho Guitarra afirmou que vai recorrer da decisão.

Na ação, o guitarrista e antigo parceiro de Tim Maia sustenta que músicas como "O Caminho do Bem" e "Ela Partiu", das quais é coautor, foram exploradas comercialmente sem sua autorização, inclusive em produtos ligados ao filme "Cidade de Deus" e em coletâneas internacionais. Em contratos de licenciamento, incluindo com o selo estrangeiro Luaka Bop, criado pelo cantor David Byrne, a autoria das obras teria sido atribuída exclusivamente a Tim Maia.

Os desembargadores, no entanto, entenderam que não houve comprovação de falsidade na atribuição de autoria. De acordo com o acórdão, os registros oficiais das músicas não foram alterados e os créditos corretos aparecem nos materiais de divulgação e nas mídias associadas às obras.

A decisão destacou a diferença entre **direitos autorais**, ligados à composição, e os direitos conexos, relacionados à gravação e interpretação. O entendimento dos magistrados é de que a negociação envolveu apenas os fonogramas - ou seja, as gravações das músicas com a interpretação de Tim Maia -, sem interferir nos direitos de autoria.

Com a decisão, permanece válida a sentença que julgou o pedido improcedente.

Editora acusa OpenAI de violar direitos autorais de livros infantis na Alemanha



Penguin Random House alega que conteúdo do livro 'Der kleine Drache Kokosnuss' pode ser reproduzido pelo chatGPT

A editora anglo-americana Penguin Random House anunciou nesta terça-feira (31) que apresentou uma ação judicial na Alemanha contra a OpenAI, acusando sua ferramenta de inteligência artificial, ChatGPT, de infringir **direitos autorais** de livros infantis alemães.

O livro em questão é a série "Der kleine Drache Kokosnuss" ("O Pequeno Dragão Kokosnus", em tradução livre), do ilustrador alemão Ingo Siegner.

O processo foi aberto no Tribunal Regional de Munique contra a OpenAI Ireland Limited, provedora do ChatGPT, segundo um comunicado da editora, que pertence ao gigante alemão Bertelsmann.

Com "solicitações simples", o chatbot "reproduz de forma reconhecível" o conteúdo protegido por **direitos autorais** de Siegner e gera ilustrações do dragão "que apresentam uma semelhança impressionante com o original", alega a empresa.

Além disso, há "evidências claras" de que as obras de Ingo Siegner "foram usadas ilegalmente para treinar o sistema de IA" e foram armazenadas pelo chatbot.

A Penguin Random House acredita que os **direitos autorais** do ilustrador, além dos direitos exclusivos de uso e exploração exercido por sua subsidiária, foram infringidos.

A gigante do Vale do Silício não atendeu a uma solicitação de suspensão e um pedido de informações, segundo a Penguin Random House.

Uma representante da OpenAI na Europa também não respondeu imediatamente aos contatos feitos pela AFP.

Relatório dos EUA acusa Brasil de protecionismo, burocracia e falhas regulatórias



Relatório dos EUA critica o ambiente de negócios no Brasil, apontando proteção ao mercado local e alta burocracia.

Brasil enfrenta acusações de tarifas elevadas e falta de transparência em licenciamento de importações, dificultando exportações americanas.

Vendas de produtos falsificados e pirataria no Brasil trazem preocupações, com a Rua 25 de Março sendo destaque negativo.

Restrições em compras governamentais e favorecimento ao sistema Pix são outros pontos de crítica pelo USTR.

O Governo dos Estados Unidos voltou a fazer críticas ao ambiente de negócios no Brasil, apontando desde tarifas elevadas até entraves regulatórios. As observações constam em um relatório elaborado pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), que lista barreiras enfrentadas por empresas americanas ao redor do mundo.

O documento analisa diversos parceiros e dedica um capítulo ao Brasil, no qual identifica uma série de obstáculos considerados relevantes para exportações, investimentos e serviços digitais. Entre os principais pontos estão a imprevisibilidade tarifária, a burocracia aduaneira e a adoção de políticas que, na avaliação americana, favorecem empresas locais. O R7 pediu um posicionamento ao governo brasileiro e aguarda resposta.

Um dos destaques do relatório é a crítica à estrutura tarifária brasileira. Segundo o USTR, o país mantém alíquotas elevadas em setores como auto-

móveis, tecnologia e produtos químicos, além de possuir margens amplas dentro da OMC (Organização Mundial do Comércio), que permitem alterações frequentes. Para os Estados Unidos, essa flexibilidade gera incerteza e dificulta o planejamento de exportadores.

O relatório da administração reclama que "o Brasil impõe vários impostos sobre produtos estrangeiros que não aplica igualmente aos produtos nacionais".

"O Brasil impõe tarifas relativamente altas sobre importações em uma ampla gama de setores. Além disso, as tarifas consolidadas do Brasil são frequentemente muito superiores às tarifas efetivamente aplicadas, e exportadores dos Estados Unidos enfrentam significativa incerteza no mercado brasileiro, já que o governo altera com frequência as alíquotas dentro das flexibilidades do Mercosul", pontuaram os EUA.

O relatório critica a falta de transparência e os atrasos no sistema de licenciamento de importações. Também menciona restrições à entrada de bens usados e remanufaturados, classificadas como barreiras adicionais ao comércio. Para o USTR, essas exigências elevam custos e aumentam a complexidade das operações.

"Não há informações específicas sobre os requisitos desse tipo de licenciamento nem explicações para a rejeição de pedidos de licença. A falta de transparência nesses procedimentos, somada à demora na emissão das licenças, cria obstáculos para determinadas exportações dos Estados Unidos."

Pix, 25 de Março e protecionismo

O relatório ainda dedica espaço à proteção da **propriedade intelectual**. O Brasil permanece na chamada "lista de observação" dos EUA, em razão da pirataria e da venda de produtos falsificados tanto no ambiente digital quanto em centros comerciais físicos. A Rua 25 de Março é mencionada como exemplo de mercado notório nesse tipo de prática.

"Os desafios de fiscalização continuam, incluindo a ausência de penas com poder de dissuasão e altos níveis de falsificação e pirataria online e em mercados físicos."

No setor de serviços, as críticas se concentram em restrições a empresas estrangeiras e no ambiente digital. O relatório afirma que instituições financeiras dependem de autorizações baseadas em critérios como "interesse nacional" e manifesta preocupação com um possível favorecimento ao Pix, sistema operado pelo Banco Central. Segundo o texto, a obrigatoriedade de adesão para grandes instituições poderia prejudicar concorrentes internacionais.

Na avaliação americana, o Brasil também impõe restrições em compras governamentais, com exigências de conteúdo local e **transferência de tec-**

nologia, especialmente nos setores de saúde e defesa. Essas condições, segundo o documento, limitam a participação de empresas estrangeiras em licitações.

Além disso, no entendimento dos EUA, "o Brasil não impõe medidas suficientes contra políticas e práticas não mercadológicas a fim de isolar os mercados dos EUA e do Brasil de distorções e garantir uma relação comercial justa e segura".

Search Box

"O royalty não é sobre a patente, é sobre a tecnologia", diz executivo da Bayer sobre tema que tem virado batalha judicial no RS



Fabiano Oliveira defende o modelo de remuneração e afirma que a empresa está aberta ao diálogo com produtores e entidades

O pagamento de royalties da soja transgênica voltou ao debate neste ano, com questionamentos judiciais. A Bayer é a empresa detentora da biotecnologia, que tem três gerações em campo (a primeira delas, a RR1 já com patente vencida e sem incidência de cobrança). A coluna conversou com Fabiano Oliveira, diretor do Negócio de Soja da marca no Brasil sobre o tema. Confira trechos.

Como é feita a cobrança de royalties?

O modelo de negócios foi criado na época da RR (Roundup Ready, 1ª soja transgênica) e vigorou até o lançamento da Intacta, quando fizemos um aprimoramento, mas as bases eram as mesmas, de remuneração pelo uso, a cada uso, a cada ano. Tanto considerando o período de RR quanto o de Intacta, falando do Rio Grande do Sul, vemos grande expansão de produtividade e de produção. Saltou de 12 milhões para mais de 20 milhões de toneladas de produção, desde o lançamento da Intacta. O país também, atingiu 180 milhões de toneladas, e antes da Intacta era menos de 100 milhões. Isso fez do Brasil um grande protagonista em produção, exportação e comércio global de soja.

Entendemos que teve muitos protagonistas nessa história. Sem dúvida o agricultor é um, mas acho que uma outra parte protagonista é a tecnologia. Não só a Intacta, não só a biotecnologia, o Brasil hoje é exemplo de adoção de ferramentas digitais, de agricultura de precisão, maquinários modernos.

De maneira geral, vemos uma prosperidade muito grande com o advento e a utilização da biotecnologia.

Disputa por royalties de soja transgênica ganha novo capítulo na Justiça Liminar suspende a cobrança de royalties em ação de três produtores do RS; entenda o caso

Como é esse modelo de negócio?

É um modelo de negócio que incentiva para que a biotecnologia seja remunerada por meio da semente certificada. É o primeiro momento. Considerando a possibilidade do agricultor salvar a semente para uso próprio, que a legislação brasileira permite, também existe outra opção na semente salva (de forma) legal. O agricultor solicita a emissão de um boleto, faz o pagamento e fica regularizado em relação ao uso da biotecnologia. E existe uma terceira opção, que não incentivamos, na entrega da soja. O modelo de negócios vigente desde 2012, 2013, é com base em um preço por hectare. O valor base de referência dessa safra era R\$ 236 em julho do ano passado. Se o agricultor fez a opção por salvar a semente para uso próprio, esse valor foi, em média, R\$ 265, R\$ 270. E aí, o royalty na moega, se for transformar o 7,5%, considerando a produtividade média do Estado e o preço médio do commodity, isso vai sair próximo de R\$ 500.

Os questionamentos feitos, inclusive judicialmente, falam em prática comercial abusiva, pouca clareza na forma da cobrança e na testagem...

A cobrança do royalty na moega, inclusive, é um item do contrato de licenciamento com o agricultor. Só aqui no Rio Grande do Sul, ao longo da história de Intacta, temos mais de 150 mil contratos assinados individualmente. A testagem, verifica se o grão que está sendo entregue pelo agricultor possui biotecnologia com patente válida. E já tivemos ações, inclusive, que questionaram isso, e a decisão da Justiça do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, reconhece que todo procedimento é válido.

Como é essa testagem?

Continuação: "O royalty não é sobre a patente, é sobre a tecnologia", diz executivo da Bayer sobre tema que tem virado batalha judicial no RS

É um teste muito parecido com o teste de farmácia, de covid. Tem um reagente que verifica se dentro daquela amostra de soja existe aquela proteína específica da biotecnologia com patente válida. É isso que é verificado.

Se tiver uma soja com tecnologia RR, que já teve a patente expirada, não vai vai acusar?

Não. Inclusive, existe uma margem de segurança. Se tiver meia dúzia de grãos no caminhão, não vai de forma alguma reconhecer isso. Temos bastante segurança, o teste está no mercado há mais de 10 anos.

No caso da Intacta há uma divergência também no entendimento da validade de patente...

Apesar da Intacta ter sido lançada em 2012, houve um processo de desenvolvimento da biotecnologia, que dura de 10 a 15 anos. Houve uma série de inovações que foram realizadas para trazer um produto inédito para o mercado. E, ao longo desse processo de desenvolvimento, algumas das técnicas, das metodologias, das invenções foram submetidas, depositadas no **INPI**, para que fossem concedidas patentes sobre a biotecnologia Intacta. Para cada uma das submissões, tem todo um processo interno que o **INPI** foi avaliando, e as patentes foram concedidas. A Bayer tem cinco patentes que foram conferidas, que foram concedidas. Dessas, há validade até 2028. Informações públicas que estão no site do **INPI**, que é o órgão brasileiro responsável. Aqui tem um ponto importante: uma coisa é a patente, outra é a cobrança. O objetivo da patente é evitar a cópia indevida. O preço da biotecnologia tem a ver com questões mercadológicas, concorrenciais. O

royalty não é sobre uma patente, é sobre a tecnologia.

MAIS GISELE LOEBLEIN Bioinsumos ganham escala e ultrapassam R\$ 6 bilhões no país Empresa de laticínios do norte do RS entra com pedido de recuperação judicial

Como vocês têm lidado com os processos judiciais, inclusive movidos por entidades, referentes à cobrança?

Com abertura para o diálogo. Acho que a via judicial é um caminho, a legislação brasileira permite, todo o sistema judiciário, mas acho que a Bayer está disposta a conversar e dar clareza sobre o modelo de negócio. Acho que a maior parte das alegações nas ações judiciais é por uma perspectiva diferente de como funciona o modelo. Então, nada melhor do que dar transparência de todas as condições.

Nessa via do diálogo existe alguma perspectiva de alteração desse modelo vigente?

As alterações sempre são voltadas para o agricultor que está aderindo à semente certificada e a salva legal. Acho que o que queremos é trazer clareza e cada vez mais agricultores para que não tenham preocupação nenhuma na hora de entregar a soja na moega.

Leia mais colunas de Gisele Loeblein

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	12,13
Inovação	2,3,10,11,14,15
Marco regulatório INPI	2,3,6,7,16,17
Patentes	2,3,5
Propriedade Industrial	1,2,3,6,7
Propriedade Intelectual	2,3,4,5,8,9,10,11,14,15